

À margem da programática pombalina: a igreja de Nossa Senhora de Jesus e o arquitecto Joaquim de Oliveira (1733-1803)

Sandra Costa Saldanha

Complexo primitivo seiscentista, iniciado pelo ano de 1615 para acolher a casa mãe da Ordem Terceira de São Francisco¹, a actual feição do extinto convento de Nossa Senhora de Jesus deriva, como é sabido, da remodelação posterior ao terramoto de Lisboa de 1755, que destruíra significativamente parte das suas dependências originais². Objecto de diversas campanhas que lhe alterariam o perfil, resulta numa interessante simbiose entre arquitectura rococó e pombalina, pontuada de inúmeras peças provenientes das antigas estruturas, entre pinturas, imagens, retábulos e painéis de azulejos. Resgatadas dos escombros, como recorda João Baptista de Castro, seriam reaproveitadas “muitas excellentes pinturas, e trastes estimaveis, por não perecerem de todo” (Castro, 1763, p. 243). E assim, diversas obras de grande relevância ainda hoje se conservam, como a célebre *Ressurreição* de Rubens³, a capela dos Vila Franca, as telas atribuídas a Marcos da Cruz, os sumptuosos retábulos de Félix Adaudo da Cunha, ou os diversos revestimentos azulejares, da autoria de António de Oliveira Bernardes. Ultrapassadas algumas soluções provisórias, os trabalhos de reconstrução arrancariam com grande fulgor a 1 de Junho de 1757. Atendendo às intervenções de carácter mais urgente, indispensáveis ao uso e habitabilidade do complexo⁴, a empreitada progrediria nos anos seguintes graças ao impulso e frutuosa acção de D. Fr. Manuel do Cenáculo de Vilas Boas. Será pois, neste quadro, que terá lugar a instalação de uma nova livraria e a reedificação da fachada da igreja. Chegado ao fim o governo de Cenáculo, em Fevereiro de 1777, outros religiosos, tomariam parte activa na renovação do cenóbio, como Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento ou Fr. José de Jesus Maria Mayne. Responsáveis por “vários melhoramentos, tanto ao corpo da igreja, como às diversas officinas” (Convento, 1852, p.18), Fr. José Mayne, em particular, assumiria um papel decisivo na prossecução da obra. Provincial desde 1780, e figura marcante do reinado de D. Maria I, à sua condição de confessor de D. Pedro III não terá sido alheio o crescente apoio concedido pela Casa Real ao convento de Jesus. Interesse suscitado desde os primeiros anos da construção, ainda em tempos josefinos, regista-se no capítulo de 16 de Junho de 1770 a visita do futuro soberano ao convento, conduzida por Cenáculo (AHPL, Ms. 598: 419-421). Manifesta a protecção da Casa do Infantado já desde o início da década de 70 (AHPL, Ms. 594: 258), seria formalizada por alvará de D. Pedro III, que toma sob sua protecção a Província da Terceira

Ordem de São Francisco (*Idem*: 372). Numa época em que

se encontravam terminados os trabalhos na fachada do templo, mas em que prosseguiam ainda as obras na biblioteca (*Idem*: 385 v.), verifica-se então um incremento de donativos e empréstimos, feitos por D. Maria I à Província, para pagamento dos mestres.

Fig. 1 Retrato de Fr. Manuel do Cenáculo, c. 1770-77

Óleo s/ tela. Coleção de Pintura da Biblioteca Nacional de Portugal (Inv. 10936).



Fig. 2 Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus)
Fotografia Nuno Saldanha



O ARQUITECTO JOAQUIM DE OLIVEIRA

A autoria dos diversos projectos idealizados por Fr. Manuel do Cenáculo para o convento de Jesus encontra-se atribuída, desde inícios do século XIX, ao arquitecto Joaquim de Oliveira (Descrição, 1816, p 358). Com uma actividade praticamente desconhecida, a escassez de informação que, cabalmente, fundamente a sua participação numa encomenda de tal relevância, à margem dos circuitos oficiais, tem ocasionado algumas dúvidas, sendo posta em causa por diversos autores. Filho de José Rodrigues de Oliveira e de Teresa Maria de Jesus, Joaquim de Oliveira nasce em Lisboa, a 13 de Outubro de 1733. Baptizado quinze dias depois, na igreja de Santos-o-Velho, residia então à Rua da Mandragoa⁵. Aprendiz de arquitectura civil na Casa das Obras, o perfil artístico deste arquitecto encontra-se por estudar. Com um conjunto de primeiras intervenções ao serviço dos marqueses de Abrantes, com apenas 24 anos, seria responsável por “desenhos, riscos, e medições de varias obras”, entre 1757 e 1760. Contratado, segundo informa, na qualidade de Arquitecto Civil e Medidor das Reais Obras dos Paços da Casa das Obras, seria então encarregue de realizar⁶:

- Uma “Barraca nobre” no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, concretamente, o seu delineamento (“p.^o assistir ao desenho”), coordenação geral dos trabalhos e subcontratação de mestres⁷.
- As obras no palácio e ermida de São Joaquim, em Lisboa, particularmente, os “trabalhos de exames, medições, e certidões”. Intervenção iniciada logo após o terramoto de 1755, integra-se nas diversas diligências levadas a cabo nessa propriedade, com vista à instalação da Igreja Patriarcal de Lisboa⁸.
- As obras na Quinta de Buxos, “da parte de Alem Tejo”, ajustadas com o mestre Francisco Xavier Lisboa, nas quais Joaquim de Oliveira teve a responsabilidade do “desenho” e “medição”.
- As obras na Quinta do Carregado, onde mandou “tirar medidas” e fez o risco das “novas cazas”.
- As obras para acomodação da duquesa de Abrantes em Cascais, para ali poder “hir aos banhos”, onde tirou “o Risco da cazas q. la havia”.

Conservando a sua residência em Santos-o-Velho, Joaquim de Oliveira viria a contrair matrimónio, a 15 de Janeiro de 1760, com Maria Wingarten⁹. Portuguesa de ascendência germânica, nascida em Lisboa na freguesia das Mercês, era filha de

Isabel Parseli e de Guilherme Wingarten, o célebre mestre ferreiro e serralheiro alemão, activo em Portugal por mais de trinta anos¹⁰. Reveladoras das boas relações que o jovem arquitecto já então cultivava, são as testemunhas que assistem ao enlace: os dois irmãos do Conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado, e Paulo de Carvalho e Mendonça, Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada e futuro cardeal¹¹. Joaquim de Oliveira passará, a partir de então, a residir na Lapa, à Rua de Santa Ana, sendo integrado, em 1762, na Casa do Risco da Junta do Comércio, por Carlos Mardel (Cirilo, 1823, p. 194; Rossa, 1989, p.329).

O PROJECTO PARA A IGREJA DE JESUS

Desconhecendo-se a actividade desenvolvida por estes anos, ao serviço da Junta do Comércio, será em finais da década de 60 que se verifica uma maior proximidade às iniciativas promovidas por Fr. Manuel do Cenáculo. Provincial da Ordem Terceira de São Francisco desde 13 de Março de 1768, será nessa condição que assume a reconstrução do convento de Nossa Senhora de Jesus, como vimos, dotando-o de duas das suas marcas mais emblemáticas: a movimentada fachada da igreja e a moderna livraria do convento¹². Intervenção iniciada pelos anos de 1770-1771, facto é, porém, que Joaquim de Oliveira não possuía então qualquer encargo de relevo. Circunstância que tem levado alguns autores a supor certa imaturidade profissional, as reservas em aceitar uma encomenda directa vêem-se ainda ampliadas pelo conhecimento de uma listagem de algumas das suas obras (Viterbo, 1904, pp. 474-476). Elaborada por sua mulher, após o falecimento do arquitecto, ali se descrevem os cargos e a actividade desenvolvida ao longo de cinquenta anos. Não apresenta, curiosamente, qualquer referência ao projecto de Jesus, estranheza tanto mais acentuada por se tratar, por certo, de uma empreitada de peso, a juntar ao seu já longo *curriculum* (Rossa, 1989, p. 329). Pese embora os argumentos apontados, o risco das obras promovidas por Cenáculo no cenóbio lisboeta é, comprovadamente, de Joaquim de Oliveira, como o atestam os diversos contratos de execução, sucessivamente firmados, por escrituras de 19 de Fevereiro de 1771¹³, 9 de Dezembro de 1773¹⁴ e 23 de Outubro de 1793¹⁵. Como suspeitou Walter Rossa, esta não foi, efectivamente, uma incumbência oficial, no quadro das obras da reconstrução da capital (Rossa, 1989, p. 329). Com efeito, a participação de

Joaquim de Oliveira encontra argumento de peso nos laços familiares que o ligavam ao patrono da obra. Primo de Fr. Manuel do Cenáculo, essa relação e consequente protecção, documentada na correspondência trocada entre ambos¹⁶, valeria ao arquitecto a participação sistemática noutros projectos empreendidos pelo prelado, nomeadamente em Beja e Évora, como, recentemente, Joaquim Caetano teve oportunidade de comprovar (Caetano, 2011, 2014). Por outro lado, esta que se afigurava como uma obra marginal à reconstrução pombalina (tanto pela sua feição estilística, como pelo carácter privado que assume), granjearia o apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, que chegaria mesmo a aprovar os riscos de Joaquim de Oliveira. Assunto que seria objecto de discussão no capítulo celebrado a 12 de Fevereiro de 1771, em “tempo de iniciar a obra da livraria, e das mais que mostram as plantas”, enceta-se a empreitada com a directa anuência de Pombal, que assina e valida os riscos “como obra pública da cidade” (AHPL, Ms. 594: 244 v.). Desencadeia-se então o processo de formalização da empreitada, em ordem à definição das suas etapas, cronograma de pagamentos e consignações, celebrando-se, sete dias mais tarde, o primeiro contrato para execução da fachada e livraria, com o mestre-de-obras Francisco António. Firmado no convento de Jesus, na cela do Provincial e Definidor Geral, Fr. António Martins da Soledade, e sob os olhares do padre Mayne e Fr. Manuel de São Jerónimo, ali se estabelece a realização das obras por um prazo de três anos, “com toda a perfeição e segurança conforme a arte”. Definindo-se ainda que fosse “examinada pelo d.º Architetto”, caso não resultasse “conforme a arte” ou “se por erro seu não seguir as d.ºs Plantas e Riscos”, obrigava-se o mestre a “desmanchar e fazello à sua custa de forma q. fique como deve ser”¹⁷. Joaquim de Oliveira contava, assim, com a assistência de um colaborador particularmente envolvido noutros empreendimentos desta mesma esfera de influência, o mestre Francisco António. Exercendo funções de canteiro no palácio de Queluz durante vários anos, trabalhou na fachada de cerimónias (1764), nos pilares destinados às estátuas e bustos da quinta (1766), nos lagos da horta e jardim das flores (1784). Prosseguindo aí a sua actividade, surge posteriormente registado no mapa-geral da obra da basílica da Estrela (1785), como um dos cabouqueiros a quem são pagos materiais (Saldanha, 2008: 159). Responsável agora pelos trabalhos de pedreiro, carpinteiro, canteiro, ferreiro e serralheiro da renovada frontaria de Jesus, edifício da torre, livraria do convento e dependências

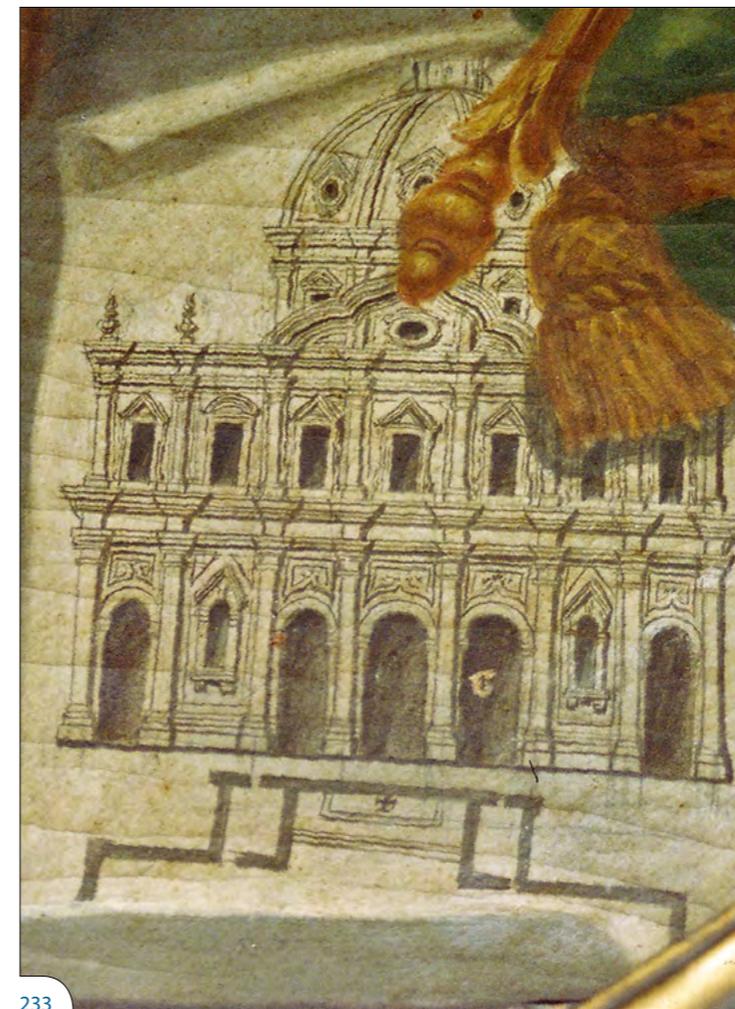
anexas, é inequívoca a obrigação de os concretizar segundo “plantas e riscos e distribuição” de Joaquim de Oliveira¹⁸. Processo que se prolongaria por mais de duas décadas, a documentação conhecida permite-nos acompanhar de perto a restante evolução dos trabalhos, levados a cabo sob a supervisão do arquitecto e, certamente, o atento escrutínio dos seus promotores. Fontes que nos fornecem abundante informação relativa às contingências financeiras da obra, constituem vasto manancial para avaliar as dificuldades da Província em saldar pagamentos (normalmente atrasados), dívidas, fiscalização ou acertos de contas.

Fig. 3 Fachada da igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus) Fotografia Nuno Saldanha



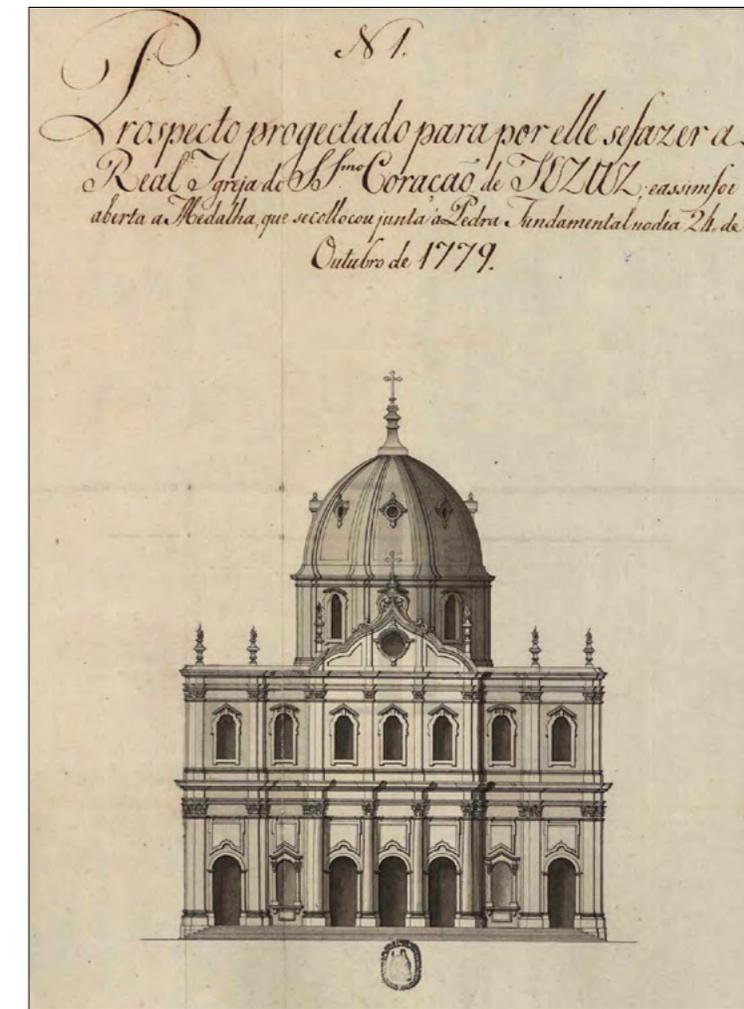
Fruto das diversas circunstâncias que marcaram a sua encomenda, a renovada igreja de Jesus resultaria, assim, numa interessante articulação entre arquitectura rococó e pombalina. Com uma das mais emblemáticas fachadas da Lisboa reconstruída, emerge como uma iniciativa à margem da programática vigente, seja pelos seus contornos estilísticos, seja pelo carácter privado de que se reveste. Por explorar, permanece a inequívoca filiação deste modelo com o primeiro projecto concebido para a basílica da Estrela (corpo central), da autoria de Mateus Vicente de Oliveira.

Fig. 4 Primeiro projecto para a fachada da basílica da Estrela Óleo s/ tela. Pormenor de uma pintura de Pedro Alexandrino do Santíssimo Coração de Jesus da Estrela. Liv. 1. Fotografia Arquivo Nacional da Torre do Tombo



Datável de 1778 (portanto, sete anos posterior ao de Jesus), é marcado pela ausência de torres, e pela presença do típico frontão borromínico, substituído mais tarde por um outro triangular, mas recorrente em várias obras do arquitecto de Queluz. As causas da recusa, como se sabe, e respectiva substituição, poderão encontrar explicação na proximidade do empreendimento régio à mais modesta igreja franciscana, a escassos metros de distância. Apartada dos pressupostos utilitários da Baixa, a igreja de Jesus integra-se, tal como a Estrela, numa série de outros templos conventuais, filiados estruturalmente no modelo tradicional de São Vicente de Fora.

Fig. 5 Desenho do primeiro projecto para a fachada da basílica da Estrela ANTT - Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento e Basílica do Santíssimo Coração de Jesus da Estrela. Liv. 1. Fotografia Arquivo Nacional da Torre do Tombo



Com fachadas marcadas pela presença de três vãos em arco de volta inteira (de acesso a uma galilé rectangular), e coroadas centralmente por frontão (contracurvado ou triangular), materializam a adopção deste modelo as igrejas lisboetas dos Paulistas, São Francisco de Paula, Grilo, Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula e Nossa Senhora da Boa-Hora. No caso concreto dos projectos de Jesus e da Estrela, destaque ainda deve ser dado à solução de implementação encontrada, sobre escadaria, que lhes confere uma posição dominante.

NO EPÍLOGO DE UMA LONGA CARREIRA

Já então com 47 anos de idade, a ascensão profissional de Joaquim de Oliveira concretiza-se, claramente, durante o reinado mariano. Período marcado pelas sucessivas incumbências atribuídas, ocuparia os cargos de Arquitecto das Obras do Conselho da Fazenda (1780)¹⁹, Medidor e 2º arquitecto da Casa das Obras (1788)²⁰, Arquitecto do Senado de Lisboa, e Arquitecto das Obras dos Faróis (1792). No desfecho deste percurso, devemos ainda retomar a já citada listagem de obras de Joaquim de Oliveira, elencada por Maria Wingarten em 1803, após o falecimento do marido. Referindo a sua participação em obras como os armazéns da Cruz da Pedra ou o convento de Santiago, particular preponderância assume a revelação da sua actividade no novo Paço da Ajuda. Convocado por decreto de 10 de Novembro de 1801, sublinha a viúva que, juntamente “com três officiaes engenheiros”, teria sido chamado para “execução da planta do Novo Palacio Real que se tinha mandado edificar” (Viterbo, 1904, p. 474). Ora, atendendo ao conhecimento que hoje se possui dos arquitectos envolvidos no projecto (Manuel Caetano de Sousa, José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri), é com algumas reticências que se tem aceite semelhante conjectura (Rossa, 1989, p. 330). Neste ponto, porém, deve precisar-se que Joaquim de Oliveira não foi, de facto, convocado para elaborar novos planos, mas antes (como, aliás, se esclarece no decreto citado) para integrar uma Junta constituída por D. Rodrigo de Sousa Coutinho - de que também faziam parte os três arquitectos mencionados - destinada a avaliar a despesa realizada, orçamento necessário e ainda a pronunciar-se quanto ao “risco actual e Desenho da Obra com juízo o mais imparcial, e conforme aos bons, e sólidos princípios da Architectura”²¹. Com nove filhos à data da sua morte²², Joaquim de Oliveira viria a falecer aos 69 anos, vítima de uma apoplexia, a 11 de Janeiro de 1803, na mesma Rua de Santa Ana onde, passadas quatro décadas, fixara a sua residência em Lisboa.

Fig. 6 Retábulo de Nossa Senhora do Patrocínio Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus). Fotografia Alexandre Salgueiro



Fig. 2 Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus). PT/AMLSB/BAR/000228.



Notas

1 Actualmente ocupado pela igreja paroquial de Nossa Senhora das Mercês, Hospital de Jesus e Academia das Ciências de Lisboa.

2 Como descreve Baptista de Castro, “Todo este sagrado Templo ficou sujeito à lastimosa ruina, que lhe ocasionarão os violentos impulsos do terremoto. Cahio primeiramente a parede do oculo, que ficava ao Norte por cima da Capella mor, e arruinando o seu tecto, que era de cantaria almofadada, despedaçou não só todo o retabulo de talha dourada, e todo o Altar mór, mas a preciosa Capella do Santissimo, que lhe ficava contigua. Os arcos de pedra, que sustentavão o tecto da Igreja, e dividião o Cruzeiro, e o Coro, se desfizeraõ, e levarão comsigo parte do ornato do mesmo Coro, e offenderão outras partes da Igreja, acabando de se arruinar tudo em a noite de 20 de Janeiro de 1756, em que cahio o tecto da Igreja, e se perdeo o Coro, que conforme os Arquitectos de bom gosto, era o mais formoso, e regular, que havia na Corte.” (Castro, 1763, pp.241-242)

3 Hoje propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga (em depósito no Palácio de Belém).

4 Como a cobertura da igreja ou os dormitórios. ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA - Ms. 594: 176 v.

5 ARQUIVO DISTRITAL DE LISBOA - *Registos Paroquiais*.

Baptismos, Santos-o-Velho, Livro 14, fl. 174 v.

6 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Feitos Findos, Administração de Casas*. Mç. 135, n.º 4.

7 Como o entalhador Félix Vicente de Almeida, o pedreiro Caetano Francisco e o carpinteiro Lucas da Rosa, para além de um pintor, um ladrilhador e um ferreiro.

8 Já na qualidade de Arquitecto do Conselho da Fazenda e Medidor da casa das obras, vamos encontrá-lo, em 1775, como avaliador dos diversos trabalhos realizados em 1757. ANTT - *Feitos Findos, Administração de Casas*. Mç. 131, n.º 9, fl. 5; Mç. 135, n.º 4.

9 Também referida na diversa documentação como Wargart, Wingard, Wingoder, Wingunder.

10 Com obras documentadas entre os anos 50 e 80 de Setecentos, são conhecidos os seus trabalhos para a Sé de Évora, farol de Nossa Senhora da Guia em Cascais, Igreja Patriarcal de Lisboa, capela da quinta do Marquês de Pombal em Oeiras e torreão oriental da praça do Comércio. Cf. Sequeira, 1916: 95-96; Mendes, 2011.

11 ADL - *Registos Paroquiais*. Casamentos, Santos-o-Velho, Livro 13, fl. 220 v.

12 Sobre a intervenção na livraria veja-se o que tivemos já oportunidade de escrever em Saldanha, 2013.

13 ANTT - *3º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, Cx. 144, fls. 40 v.-41.

14 ANTT - *7º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas N.º 585, Cx. 97, fls. 83-83 v.

15 ANTT - *9º Cartorio Notarial de Lisboa*. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas N.º 657, Cx. 108, fls. 24-24 v.

16 Conservada na Biblioteca Pública de Évora, conhecem-se seis cartas de Joaquim de Oliveira para Cenáculo entre 1776 e 1785 (Gusmão, 1944-56). Apesar da referência ao parentesco na referida documentação, encontra-se por explorar, com rigor, a relação familiar entre ambos. Certo, porém, é que Joaquim de Oliveira virá mesmo a usar o apelido Vilas Boas, assim como os seus filhos, como se comprova pelo registo orfanológico de Vicente Paulo de Oliveira, no Brasil: “Vicente Paulo de Oliveira Vilas Bôas, n. Lisboa e fal. Pórto Alegre cêrca 1855 (Inventário processado em 1855 pelo 1.º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, feito n.º 1760, maço 84, estante 2), filho de Joaquim de Oliveira Vilas Boas, n. Portugal, e de Maria Wingoder, n. Alemanha.” Cf. *Revista Genealógica Brasileira*. Edições 13-14, 1946. p. 574. De referir ainda, neste sentido, o casamento de um outro filho, Henrique Guilherme de Oliveira, com D. Cláudia Luísa Maria Vilas Boas, em 1788. ADL - *Registos Paroquiais*. Casamentos, Lapa, Livro 2, fl. 17 v.

17 ANTT - 3º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, fl. 40 v.

18 ANTT - 3º *Cartório Notarial de Lisboa*, Livro de Notas n.º 661, Cx. 144, fl. 40 v.

19 Substituindo José Monteiro de Carvalho.

20 Substituindo José Manuel Carvalho e Negreiros.

21 AHTC - *Erário Régio*, 682/4, fl. 236. Cit. Carvalho, 1979,p. 73.

22 Entre os quais, Mariana Joaquina de Oliveira, António Maria de Oliveira, Vicente Paulo de Oliveira, Henrique Guilherme de Oliveira, Rosa. Destaque para Henrique Guilherme de Oliveira, arquitecto civil associado a diversas obras ao serviço do príncipe regente, haveria de suceder o pai no cargo de Arquitecto das Obras do Conselho da Fazenda a partir de 1789 (Viterbo, 1904.pp. 219, 473).

Bibliografia

Documentos

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Convento de Nossa Senhora de Jesus. Livro Primeiro do Registo da Provincia da Terceira Ordem da Penitencia, Ms. 598.

Convento de Nossa Senhora de Jesus. Segundo Livro dos Acórdãos desta Santa Provincia da Sagrada Ordem Terceira da Penitência do Reino de Portugal, Ms. 594.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Erário Régio. 682/4, fl. 236

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Feitos Findos. Administração de Casas. Mç. 135, n.º 4.

Feitos Findos. Administração de Casas. Mç. 131, n.º 9.

Registo Geral de Mercês. D. Maria I, Livro 8, fl. 359.

3º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas n.º 661, Cx. 144.

7º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas n.º 585, Cx. 97.

9º *Cartorio Notarial de Lisboa*. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas n.º 657, Cx. 108.

Arquivo Distrital de Lisboa

Registos Paroquiais. Baptismos, Santos-o-Velho, Livro 14, fl. 174 v.

Registos Paroquiais. Casamentos, Lapa, Livro 2, fl. 17 v.

Registos Paroquiais. Casamentos, Santos-o-Velho, Livro 13, fl. 220 v.

Registos Paroquiais. Óbitos, Lapa, Livro 2, fl. 19.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Série Vermelha de Manuscritos. Cod. 193.

Série Vermelha de Manuscritos. Cod. 283.

Estudos

Andrade, F. de (1946). *O convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa: Editorial Império.

Caetano, J. O. (2011). Os Projectos do Arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de Frei Manuel do Cenáculo. *Revista de História da Arte*. N.º 8, pp. 49-69. Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH/UNL..

---- (2014). Arquiteturas para o conhecimento: os projetos para os museus e bibliotecas de frei Manuel do Cenáculo. In Cabral, M. L. (Coord.) As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade (1800-1850), (pp. 53-70).Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Carvalho, A. de (1979). *Os três arquitectos da Ajuda*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

Castro, J. B. (1763). *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Vol. III. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Cenáculo, Fr. M. do (1794). *Memorias historicas e appendix segundo (...) para a observancia e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol 2.

Convento (1852) de Nossa Senhora de Jesus. O *Panorama*, S. 3, Vol. 1, N.º 3, pp. 17-18. Lisboa.

237 DESCRIPÇÃO (1816) do Convento de N. Senhora de Jesus. *Jornal de Bellas*

Artes ou Mnémosine Lusitana, N.º XXII, pp. 357-363. Lisboa: Impressão Régia.

FREI (1930) José Mayne: a sua cultura e sua benemerência. Os manuscritos por êle legados à antiga livraria do Convento de Jesus. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. II (Abr. 1930) pp. 446-464.Coimbra: Imprensa da Universidade.

Gusmão, A. N. de (1944-56). *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. 6 Vols.

Lopes, F. F. (1970-71). Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal. *Lusitania Sacra*, Vol. 9, pp. 55-77. Lisboa.

Machado, C. V. (1823). *Collecção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos e Gravadores Portugueses, e dos Estrangeiros, que Estiverão em Portugal*. Lisboa: Imp. de Victorino Rodrigues da Silva.

MENDES, R. M. M. (2011). Guilherme Weingarten, mestre serralheiro (1759) [em linha]. *História e Arte no período Barroco*. Acedido a 27-02-2015 em http://historia-e-arte-barroca.blogspot.pt/2011/07/guilherme-weingarten-mestre-serralheiro.html

Raczynski, A. (1846). *Les arts en Portugal: Lettres*. Paris: Jules Renouard.

Rossa, W. (1989). Oliveira, Joaquim de. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. (pp. 329-330). Lisboa: Editorial Presença.

Saldanha, S. C. (2008). *A Basilica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*. Lisboa: Livros Horizonte.

---- (2013). O paradigma estético da biblioteca Joanina: bibliotecas conventuais setecentistas. In Saldanha, S. C. (Coord.), *As Bibliotecas e o Livro em Instituições Ecclesiais* (pp. 99-117). Lisboa: SNBCL.

Sequeira, G. de M. (1916). *Depois do Terremoto*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Vol. 1.

Viterbo, S. (1899-1904). *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 3 Vols.